

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR



RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES E MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA 1ª INSTÂNCIA

ANO-BASE 2017

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

Corregedor: Juiz Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos

Secretária da Corregedoria: Cecília Tereza G. Costa dos Santos

Coordenadora de Serviço: Gislene Amarante Cunha

AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Juízes Titulares

<i>Marcelo Adriano Menacho dos Anjos</i>	1ª AJME
<i>Paulo Tadeu Rodrigues Rosa</i>	2ª AJME
<i>Daniela de Freitas Marques</i>	3ª AJME

Juízes Substitutos

<i>Paulo Eduardo Andrade Reis</i>	Cooperador na 1ª AJME
<i>João Libério da Cunha</i>	Cooperador na 2ª AJME
<i>André de Mourão Motta</i>	Cooperador na 3ª AJME

Escrivães Judiciais

<i>Izabela Magalhães de Pinho Tavares</i>	1ª AJME
<i>Maria Elisa Ricketti</i>	2ª AJME
<i>Ana Carolina de Mattos Fernandes</i>	3ª AJME



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DA CORREGEDORIA.....	02
METAS NACIONAIS APLICÁVEIS À JUSTIÇA MILITAR.....	07
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL.....	10
ACERVO PROCESSUAL DA PRIMEIRA INSTÂNCIA AO FINAL DE 2017	12
FEITOS DISTRIBUÍDOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA EM 2017.....	13

MATÉRIA CRIMINAL

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS	14
FASE PROCESSUAL.....	15
APLICAÇÃO DA LEI 9.099/95.....	16
PRINCIPAIS ASSUNTOS DAS DENÚNCIAS.....	17
FEITOS CRIMINAIS SOLUCIONADOS DURANTE O ANO DE 2017.....	18
DURAÇÃO DO PROCESSO – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS FEITOS JULGADOS.....	19

MATÉRIA CÍVEL

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DURANTE O ANO DE 2017.....	20
--	----

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (2013 A 2017)	21
--	----

INTRODUÇÃO

O presente relatório visa apresentar, nos termos do artigo 29, inciso XXVII do Regimento Interno, as atividades da Corregedoria da Justiça Militar de Minas Gerais e os trabalhos dos Conselhos de Justiça e das Auditorias, no ano de 2017 e nos dois primeiros meses de 2018, de modo a demonstrar, de forma transparente, a atuação da Corregedoria como órgão de controle da atividade disciplinar e com a incumbência de zelar pelo bom desempenho da atividade judiciária militar mineira.

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

Competência: *Órgão de orientação, fiscalização e correção dos serviços judiciários de 1º grau e de controle da Polícia Judiciária Militar, com atribuições em todo o território do Estado de Minas Gerais.*

Missão: *Orientar, fiscalizar e corrigir os serviços judiciais da Primeira Instância e controlar o trabalho da polícia judiciária militar, atuando de forma proativa, eficiente, imparcial, transparente e eficaz, visando ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e contribuindo para a efetividade da Missão da Justiça Militar Estadual - JME.*

Visão: *Ser órgão reconhecido, pelo público interno e externo, pela excelência de sua atuação na orientação, fiscalização e correção da Primeira Instância da JME e no controle da polícia judiciária militar.*

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA CORREGEDORIA EM 2017

* Realização de correição extraordinária parcial.

Em atendimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça de realizar, anualmente, correição em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais da primeira instância, a Corregedoria procedeu à correição extraordinária parcial nos serviços judiciários da 2ª Auditoria de Justiça Militar. Ao final dos trabalhos de correição, foi elaborado relatório circunstanciado, no qual se expõem os procedimentos adotados antes e durante a correição, o quantitativo de processos e outros feitos vistoriados, as principais falhas, vícios e pontos de estrangulamento do escoamento natural dos serviços forense detectados. A publicação dessa ação correicional, preservado o sigilo legal, foi disponibilizada no link Correições/Corregedoria, no sítio eletrônico do TJMMG.

Em cumprimento ao disposto no art. 27, II, do Regimento Interno do TJMMG, foi realizada ainda correição em cerca de 300 processos findos e 1200 inquéritos policiais militares e outros procedimentos investigatórios mandados arquivar pelos magistrados do primeiro grau.

* Acompanhamento das Correições Ordinárias realizadas nas três Auditorias.

A Corregedoria acompanhou e orientou os trabalhos de correição ordinária realizados pelas três auditorias, no segundo semestre de 2017.

* Orientação e apoio aos usuários do Processo Judicial Eletrônico- PJE, na Primeira Instância

A Corregedoria continuou realizando um constante apoio e suporte a todos os usuários do PJE, mediante atendimento eletrônico, telefônico ou presencial

* Levantamento dos feitos incluídos nas Metas 1, 2 e 4 – 2017 do CNJ na Primeira Instância, e acompanhamento do cumprimento dessas metas.

Em cumprimento a uma de suas atribuições, tendo como instrumento os relatórios emitidos pelo SINGEP e as planilhas do PJE, compartilhadas com as auditorias, a Corregedoria procedeu ao levantamento inicial dos processos da Primeira Instância que se incluíam nos requisitos das metas 1, 2 e 4 de 2017; esse primeiro levantamento foi repassado às escritãs responsáveis pelas três auditorias, para conferência, detecção de eventuais inconsistências e alterações necessárias. De

posse dos dados conferidos e confirmados, a Corregedoria foi responsável por repassá-los ao Núcleo de Gestão Estratégica - NEGE do TJMMG, para análise e posterior alimentação do respectivo sistema informatizado do CNJ. Durante todo o ano de 2017, mensalmente, a Corregedoria acompanhou o cumprimento dessas metas junto às auditorias, controlando a tramitação dos processos, os prazos de julgamento e compilando os dados necessários para as informações ao CNJ, em cumprimento ao determinado na Meta 5 do CNJ, que é fiscalizar 100% das Metas Nacionais do CNJ relativas à Primeira Instância.

* Levantamento dos feitos incluídos na Meta Específica da Justiça Militar,

Foi também responsabilidade da Corregedoria, o levantamento dos processos incluídos na Meta Específica do segmento da Justiça Militar para 2017, que consiste no julgamento no 1º grau, em até 150 dias, de 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais. Coube ainda à Corregedoria o acompanhamento do cumprimento da Meta Específica e a remessa ao NEGE dos dados levantados quadrimestralmente.

* Arquivos – arquivamento e desarquivamento (empréstimo) de autos.

A Coordenadoria de Serviço da Corregedoria, responsável pelo setor de Arquivo Judicial da Justiça Militar, atendeu, em 2017, um total aproximado de 2260 solicitações de empréstimos de feitos arquivados. Importa ressaltar que essas solicitações, oriundas de advogados, das secretarias de juízo da primeira instância, do Ministério Público, de magistrados da Justiça comum e das instituições militares, são feitas pessoalmente, por ofício, correio eletrônico ou pelo Painel Administrativo da PMMG.

E mais, foram recebidos das três auditorias e da Gerência Judiciária, um total de 1630 feitos para serem arquivados, os quais, após registro no sistema informatizado, foram armazenados em 419 caixas-boxes.

* Organização de planilhas com a relação dos oficiais militares aptos ao sorteio dos conselhos de justiça e à participação no curso de adaptação à Justiça Militar

A organização do curso de adaptação à Justiça Militar passou, a partir de dezembro de 2015, a ser de responsabilidade da Escola Judiciária Militar, cabendo à Corregedoria solicitar às instituições militares a relação dos oficiais e organização das listas para sorteio, pelas Auditorias, daqueles que irão participar do curso. Compete à Corregedoria e compilação das relações de nomes enviadas pelas unidades militares,

com informações de algum impedimento dos militares, e disponibilização das relações às auditorias para que procedam aos sorteios determinados em lei.

* Efetivação de reuniões periódicas com escritvãs.

Com vistas à manutenção da prestação de serviços com qualidade, realizando a contento uma das principais funções da Corregedoria, que é a orientação, deu-se continuidade, em 2017, às reuniões periódicas com as escritvãs responsáveis pelas três auditorias, reuniões essas em que são debatidos assuntos acerca dos trabalhos das secretarias de juízo, padronização de procedimentos, melhoria no sistema informatizado e outros mais, para o aprimoramento dos trabalhos cartorários.

* Procedimentos administrativos disciplinares:

Foi instaurado um processo administrativo disciplinar para apurar eventual falta disciplinar atribuída a servidora da Primeira Instância. O referido processo encontra-se atualmente em grau de recurso, já tendo havido, pois, a decisão do Juiz Corregedor.

* Implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU

Por meio da Portaria Conjunta nº2 /PR-T, assinada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), foi acordada a adoção do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU por esta Justiça Especializada.

Nesse contexto, coube à Corregedoria

1. acompanhar e auxiliar a digitalização das peças processuais, ação necessária para a implantação dos processos de execução;
2. organizar as atividades de capacitação de todos os atores do processo: magistrados, servidores, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e agentes externos;
3. realizar interlocução com a Corregedoria – TJMG para o envio de declarações e dados pessoais para disponibilização de acesso aos usuários ao SEEU, bem como para sanar dúvidas quanto à operacionalização do sistema;
4. oferecer apoio e orientação aos usuários quanto à utilização da plataforma

* Parametrização e implantação do sistema eletrônico para tramitação de processos criminais (e-Proc)

Por meio da Resolução nº 193/2018, foi regulamentada a implantação e o funcionamento do Sistema e-Proc na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais para o

processamento de informações e a prática de atos processuais, que contou com a participação de servidores da corregedoria nas seguintes ações:

- 1- Parametrização do sistema e-Proc de acordo com os processos de trabalho das Auditorias da Justiça Militar de MG;
- 2- Levantamento de informações e modelos de documentos utilizados no trâmite processual na primeira instância;
- 3- Troca de informações com militares da Corregedoria da PM e do BM para alinhar os trabalhos, tendo em vista que estas instituições também irão utilizar o e-Proc;
- 4- Interlocução com a equipe de TI do TRF-4, responsáveis pelo desenvolvimento do sistema;
- 5- Teste das funcionalidades do sistema e providências das adequações necessárias;
- 6- Elaboração do cronograma, conteúdo e promoção da capacitação dos usuários externos e internos do sistema.

* Assinatura de convênio para teleaudiências na comarca de Uberlândia:

Assinatura de convênio, em setembro de 2017, pelo presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, pelo presidente do TJMMG, juiz Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha, e pelo corregedor da Justiça Militar, coronel Sócrates Edgard dos Anjos, para possibilitar teleaudiências, na Comarca de Uberlândia, em casos que envolvam policiais militares. O termo de cooperação técnica faculta a realização de audiências, interrogatórios, oitivas e outros atos processuais a distância e em tempo real.

A ferramenta adotada é o Sistema Nacional de Videoconferência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que utiliza comunicação de áudio e imagem por meio da rede mundial de computadores.

O acordo prevê a comunicação formal, com antecedência mínima de 48 horas, da data e do horário em que ocorrerá a teleaudiência, e da criação de grupos de trabalho para conduzir estudos e propor ações visando ao aprimoramento contínuo da cooperação.

* Expedição dos seguintes atos normativos e seus respectivos objetos:

Durante o ano de 2017, a Corregedoria realizou levantamento de dados e estudos e discussões com magistrados, servidores, acerca de assuntos de suma relevância para a otimização dos trabalhos das unidades de juízo e para a melhoria da prestação jurisdicional. Foram expedidos os seguintes atos:

> Provimento Conjunto nº 01/2017 – Dispõe sobre a tramitação direta de inquéritos policiais militares para o Ministério Público. Essa normativa visa celeridade, eficiência e otimização dos processos de trabalho.

Foram expedidas, em 2017, 86 (oitenta e seis) portarias relacionadas ao âmbito de atuação do Corregedor, na Primeira Instância.

**APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DOS ÓRGÃOS
DA PRIMEIRA INSTÂNCIA**

METAS NACIONAIS APLICÁVEIS À JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente (2017).

Porcentagem de cumprimento: **102,4%**

MÊS	P 1.1	P 1.2	P 1.3	P 1.4	P 1.5	P 1.6
	Cíveis distribuídos	Criminais distribuídos	Cíveis julgados	Criminais julgados	Cancelamento distrib. cíveis/ remessa outra Justiça	Cancelamento distrib. criminais/ remessa outra Justiça
JAN	10	20	14	27	4	0
FEV	23	33	17	38	1	2
MAR	19	38	14	41	3	1
ABR	4	26	15	20	2	0
MAI	16	50	7	40	2	0
JUN	20	44	11	37	3	2
JUL	28	30	26	26	3	0
AGO	22	37	20	35	2	1
SET	18	32	10	35	2	0
OUT	14	32	18	35	2	0
NOV	24	27	10	47	3	0
DEZ	14	35	16	38	1	0
TOTAL	212	404	178	419	28	6

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2015.

Porcentagem de julgamento: **90,29%**

Porcentagem de cumprimento: **95,04%**

META 2 - 2017														PRIMEIRA INSTÂNCIA													
Ident.	Pergunta	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez														
P2.1	Processos cíveis distribuídos 2015	84																									
P2.2	Processos criminais distribuídos 2015	183																									
P2.3																											
P2.4	Cíveis estavam suspensos e voltaram a tramitar em 2017	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0														
P2.5	Criminais estavam suspensos e voltaram a tramitar em 2017	6	11	12	6	9	9	5	7	6	6	4	20														
OP2.6																											
P2.7	Cíveis distribuídos 2015, mas suspensos em 2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0														
P2.8	Criminais distribuídos 2015, mas suspensos em 2017	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0														
P2.9																											
P2.10	Cíveis distribuídos 2015, julgados em 2017	1	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0	0														
P2.11	Criminais distribuídos 2015, julgados em 2017	13	13	18	9	16	15	9	14	8	12	7	9														
P2.12																											
P2.13	Cíveis distribuídos 2015, julgados até 31/12/16	74																									
P2.14	Criminais distribuídos 2015, julgados até 31/12/16	94																									
P2.15																											

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa, ou seja, identificar e julgar, até 31/12/2017, 100% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2015.

Porcentagem de cumprimento: **89,43%**

META 04- 2017

Distribuídos até 2015, excluídos os julgados em 2015 e suspensos em 2016	Distribuídos até 2015 e julgados em 2015	Distribuídos até 2015 e julgados em 2016	Entraram na meta, por saírem da suspensão Em 2017	Suspensos em 2017	Julgados em 2017	Condenações em 2017
87	39	41	36	0	69	0

Meta Específica - *Julgar, em 150 dias, 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais (finalidade: celeridade)*

Porcentagem de cumprimento: **65,10%**

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Inicialmente, antes da apresentação dos dados referentes à tramitação de feitos na primeira Instância, importa traçar alguns apontamentos acerca de tais dados.

O acervo criminal, ao final de **2017**, era de **1.565** feitos, sendo, desse total, **578** processos, **889** peças informativas (IPMs, IPs, sindicâncias, etc.), **98** processos em fase de execução; do total de feitos em tramitação, **146** processos encontravam-se suspensos e havia **135** transações penais em curso. Nessa época, havia ainda, nas secretarias de juízo, **20** autos de deserção sem oferecimento de denúncia, aguardando captura ou apresentação voluntária do desertor.

- *distribuição de IPMs e outros procedimentos investigatórios*: percebe-se que houve uma queda de mais de 10,5% no número de inquéritos e outras peças de informação distribuídas, que passou de 2.003 em 2016, para **1.791** em 2017;

- *denúncias recebidas*: as denúncias recebidas em 2017 foram **270**, ou seja, 19,4% a mais que as de 2016, que foram 226.

- *processos criminais solucionados*: o número de processos solucionados foi de **413**, ou seja, 23,5% a menos que em 2016, que foi 540. Dentre os feitos criminais solucionados tem-se que o número de extinções da punibilidade pelo cumprimento da suspensão condicional do processo diminuiu de 102 em 2016, para **83** em 2017, já os processos julgados, que foram 408 em 2016, diminuíram para **299**.

- *aplicação dos institutos da Lei nº 9.099/95*: em 2017, diminuiu-se o número de suspensões condicionais de processo, que passou de 81 para **55**; situação semelhante ocorreu com as homologações de transação penal, que tiveram uma redução de mais de 44%, passando de 304 em 2016, para **170** em 2017.

Em relação aos processos de matéria cível, tem-se que a primeira Instância fechou o ano de 2017 com um acervo de **208** ações, tanto físicas quanto eletrônicas (PJ-e) sendo **163** processos de conhecimento e **45** de execução e cumprimento de sentença.

Importa relembrar que, a partir de 11 de maio de 2015, o Pje tornou-se de utilização obrigatória para o ajuizamento de qualquer ação de natureza cível de competência da Justiça Militar de primeiro grau.

- *distribuição de ações cíveis*: seguindo uma tendência que vem ocorrendo há anos, a distribuição de ações cíveis passou de 261 em 2016, para **206** em 2017, o que significa uma redução de 21%.

- *juízo de ações cíveis*: houve também redução no número de julgamentos das ações cíveis, que passou de 207 em 2016, para 185 em 2017.

São essas, Senhor Juiz Presidente, as informações e considerações que me cabe apresentar, na condição de Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça Militar.

Respeitosamente,

Belo Horizonte, 13 de março de 2018.

Juiz Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos

Corregedor da Justiça Militar de Minas Gerais

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

**ACERVO PROCESSUAL DA PRIMEIRA INSTÂNCIA
AO FINAL DO ANO DE 2017**

A- MATÉRIA CRIMINAL

MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2017		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos em tramitação (incluídos processos de conhecimento, medidas cautelares, exceções, pedidos de quebra de sigilo, insanidade mental, justificação criminal, cartas precatórias e outros)	578	249	122	207
Processos de execução em tramitação	98	44	30	24
Total de Processos em Tramitação ao final de 2017	676	293	152	231
IPMs, APFs e outros peças de informação tramitando	889	406	219	264
Total de feitos em tramitação ao final de 2017	1.565	699	371	495
Processos com suspensão processual (Lei 9.099)	146	60	40	46
Feitos com transação penal (Lei 9.099)	135	86	39	10
Feitos com benefícios da Lei nº 9.099 tramitando ao final de 2017.	281	146	79	56

B- MATÉRIA CÍVEL

MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2017		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos de conhecimento em tramitação (inclusive PJE)	163	43	33	87
Processos de execução/cumprimento de sentença	45	15	12	18
Total de processos cíveis ao final de 2017	208	58	45	105

AB- MATÉRIA CRIMINAL + MATÉRIA CÍVEL

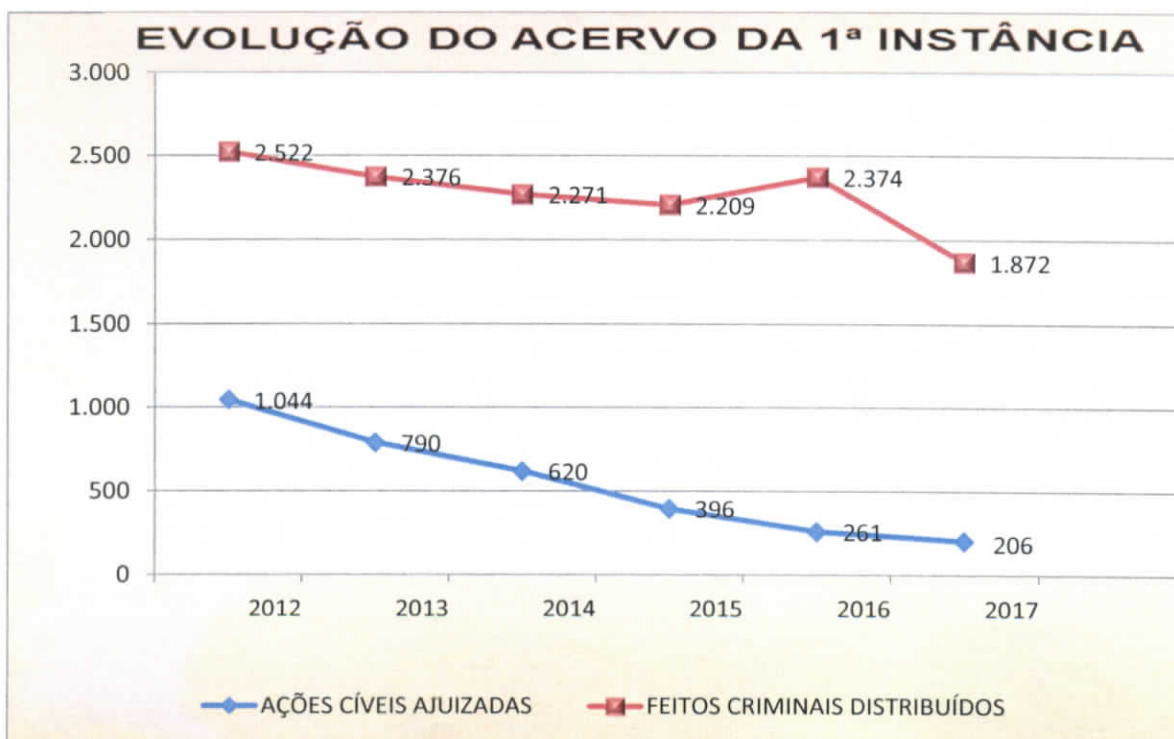
TOTAL DE FEITOS (CÍVEIS E CRIMINAIS) AO FINAL DO ANO DE 2017		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Feitos criminais tramitando (Proc. Investigatórios + Processos+ Execução + Lei 9099)	1.565	699	371	495
Feitos cíveis tramitando (processos + exec. e cump. de sentença)	208	58	45	105
Total de Feitos na 1ª Instância ao final de 2017	1.773	757	416	600

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do PJ-e da GTI

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

FEITOS DISTRIBUÍDOS NA 1ª INSTÂNCIA de 01 a 31/12/2017

		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Nº de feitos criminais distribuídos	1.872	604	653	615
Nº de processos cíveis distribuídos	206	71	66	69
Total de feitos distribuídos na Justiça Militar	2.078	675	719	684



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e PJ-e

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

ANO-BASE 2017

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS				
Feitos distribuídos por classe	Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Auto de Prisão em Flagrante	172	59	63	50
Inquérito Policial Militar	1.382	435	487	460
Instrução provisória de deserção	11	5	5	1
Outros procedimentos investigatórios (Representação criminal, Termo Circunstanciado, Inquerito Policial, outros)	226	81	67	78
Medidas cautelares (Quebras de Sigilo; Busca e Apreensão; Pedidos de Prisão; Justificação Criminal)	4	3	1	0
Medidas garantidoras (Liberd. Provisória, relaxamento de prisão)	52	13	21	18
Cartas Precatórias	16	5	6	5
Insanidade Mental do Acusado	9	3	3	3
Restauração de autos	1	0	0	1
Execução de pena/ Execução provisória	128	63	32	33
Reabilitação	1	0	0	1
Recurso em Sentido Estrito	1	1	0	0
Deserção	4	1	3	0
Ação Penal Militar	166	41	41	84
Total de feitos distribuídos no ano de 2017	2.173	710	729	734
CASOS NOVOS (de acordo com Glossário Justiça em Números CNJ)	409	142	125	142
* Determinação de arquivamento de procedimentos investigatórios em 2017	1.114	281	410	423
* Remetidos à Justiça comum sem denúncia (Incompetência da Justiça Militar em IPMs, APFs e outros proc. investigatórios)	422	93	111	218
* Processos remetidos à Justiça comum com denúncia(Incompetência da Justiça Militar)	1	1	10	2
** Denúncias oferecidas no ano	277	95	82	100
** Denúncias recebidas no ano	270	90	81	99
** Denúncias rejeitadas no ano	0	0	0	0
Total de denunciados (oficiais, praças e ex-militares)	454	150	152	152
Homologação de Transação Penal (Lei 9.099)	170	83	73	14
Número de beneficiados pela Transação penal	210	102	93	15
Autos de deserção aguardando captura ou apresentação (s/ denúncia)	20	18	2	0
Correição Parcial por Representação do Corregedor	0	0	0	0

*Obs: Os feitos arquivados e os remetidos a outro Juízo não necessariamente foram distribuídos em 2017, pois podem ter sido distribuídos em anos anteriores (acervo remanescente)

** Obs: As denúncias recebidas e as rejeitadas em 2017 não necessariamente estão inseridas naquelas que foram oferecidas nesse ano, mas podem ter sido oferecidas no ano anterior, já que o juiz tem um prazo para se manifestar sobre o oferecimento da denúncia. No mesmo raciocínio, muitas denúncias oferecidas em 2017, podem ter seu recebimento ou rejeição no ano de 2018.



MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Fase Processual

FASE PROCESSUAL		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Denúncias recebidas	270	90	81	99
Audiências				
Audiências realizadas	1.228	480	424	324
Cartas Precatórias				
Expedidas	286	78	91	117
Aplicação da Lei 9.099 durante o ano de 2017				
Processos Suspensos	55	22	19	14
Número de beneficiados	61	24	21	16
Julgamentos				
Processos Julgados (ações penais julgadas pelo juiz singular e pelos conselhos)	299	90	93	116
Número de acusados julgados	327	100	106	121
Número de ações penais prescritas	7	4	2	1
Número de acusados com processos prescritos	11	8	2	1
Sentenças em processos de conhecimento (conforme o Glossário Justiça em Números do CNJ)	406	122	141	143
Processos de conhecimento baixados (conforme JN)	282	87	87	108

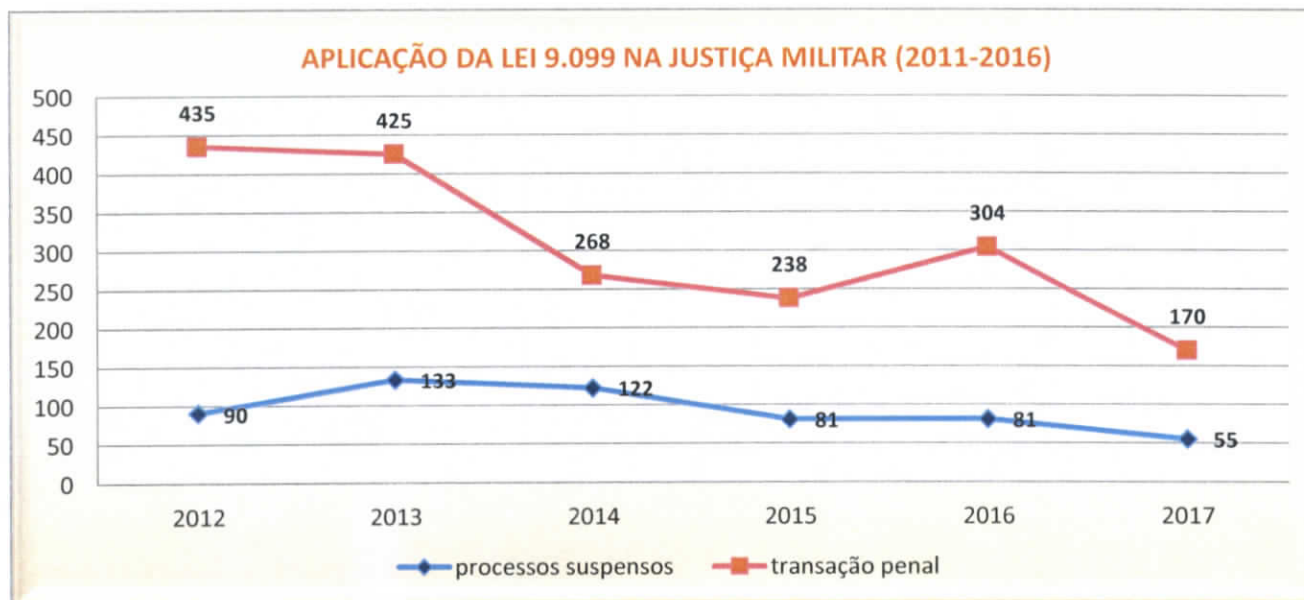
Fonte: Singep

* De acordo com o Glossário Justiça em Números do CNJ, consideram-se **1. baixados**: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, vinculados a tribunais diferentes, b) remetidos para as instâncias superiores, c) arquivados definitivamente e d) em que houve decisão que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. **2. sentenças**: as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.099/95 EM 2016

APLICAÇÃO DA LEI 9.099 DURANTE O ANO DE 2017		Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Número de processos suspensos em 2017		55	22	19	14
Número de transações penais homologadas		170	83	73	14
<i>Total de feitos c/ aplicação da Lei 9.099/95</i>		225	105	92	28
Número de beneficiados pela suspensão em 2017		61	24	21	16
Número de beneficiados pela Transação penal		210	102	93	15
<i>Total de beneficiados c/ aplicação da Lei 9.099/95</i>		271	126	114	31

FEITOS EM TRAMITAÇÃO NAS SECRETARIAS DAS AUDITORIAS AO FINAL DE 2017		Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Número de processos suspensos em tramitação ao final de 2017		146	60	40	46
Número de feitos com transação penal em tramitação ao final de 2017		135	86	39	10



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITÓRIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Assuntos das denúncias ,em ordem decrescente de Incidência

ASSUNTOS:	Total de assuntos nas denúncias recebidas	Total p/ assunto	% em relação ao total de assuntos nas denúncias
LESÃO LEVE	588	83	14,11
PREVARICAÇÃO		71	12,07
FALSIDADE IDEOLÓGICA		64	10,88
LESÃO GRAVE		28	4,76
ABANDONO DE POSTO		27	4,60
AMEAÇA		25	4,25
CORRUPÇÃO PASSIVA		21	3,57
PECULATO-FURTO		16	2,72
INOBSERVÂNCIA DE LEI, REG. OU INSTR.		15	2,55
CONSTRANGIMENTO ILEGAL, DANO SIMPLES		14	2,38
TOTAL			364



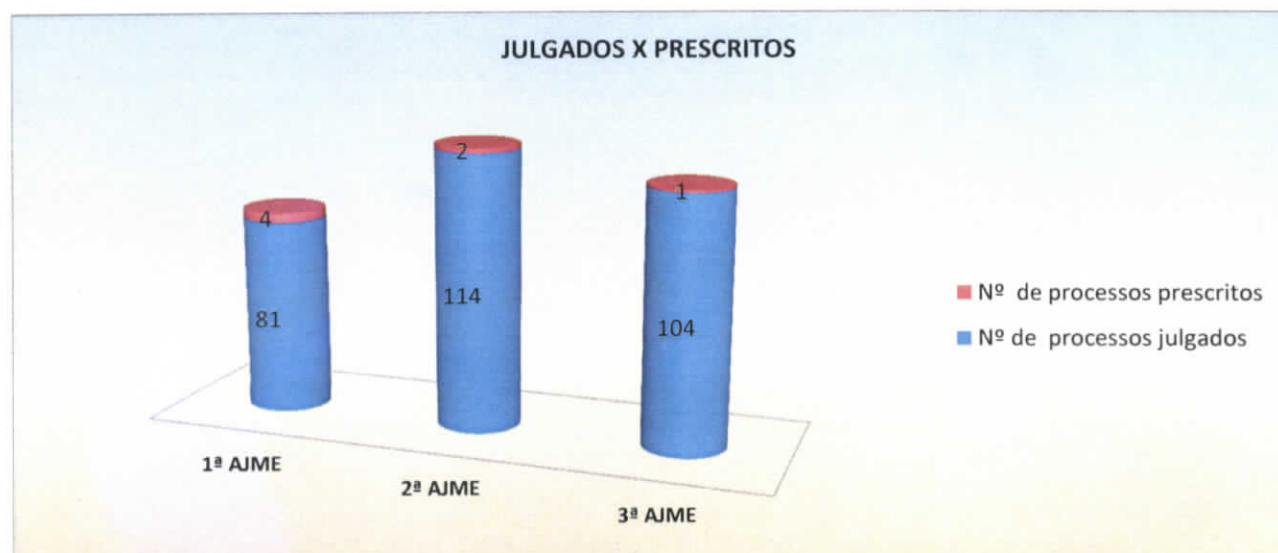
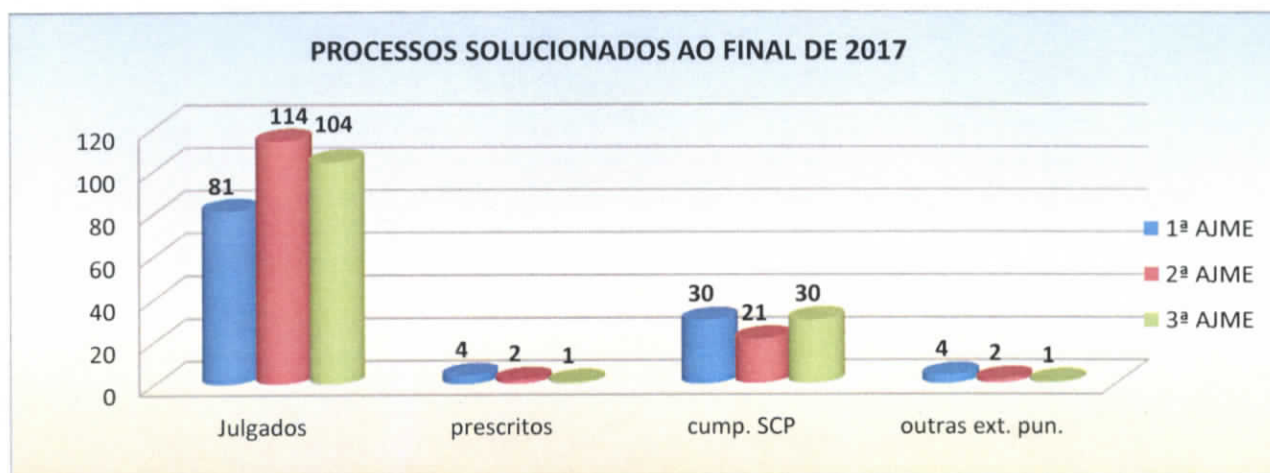
Fonte: Singep

Obs.: Cada denúncia pode conter mais de assunto

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Feitos criminais solucionados durante o ano de 2017

		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Nº de julgamentos/decisões finais (Ação penal, Deserção, Medidas garantidoras, preparatórias, cautelares, Processos incidentes)	299	81	114	104
Nº de processos prescritos	7	4	2	1
Nº extinção da punibilidade pelo cumprimento da Suspensão Condicional do Processo	83	32	21	30
Ext. do processo sem resolução do mérito	17	5	4	8
Nº de outras ext. da punib. (art. 123 CPM)	7	4	2	1
total	413	126	143	144



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP

A

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS CRIMINAIS JULGADOS EM 2017

DURAÇÃO DO PROCESSO*	Quantidade de		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	processos	%			
ATÉ 1 ANO	78	52,00	8	33	37
Entre 1 e 2 ANOS	53	35,33	22	4	27
Entre 2 e 3 ANOS	10	6,67	5	2	3
Entre 3 e 4 ANOS	8	5,33	7	0	1
Entre 4 e 5 ANOS	1	0,67	1	0	0
total	150	100,00	43	39	68

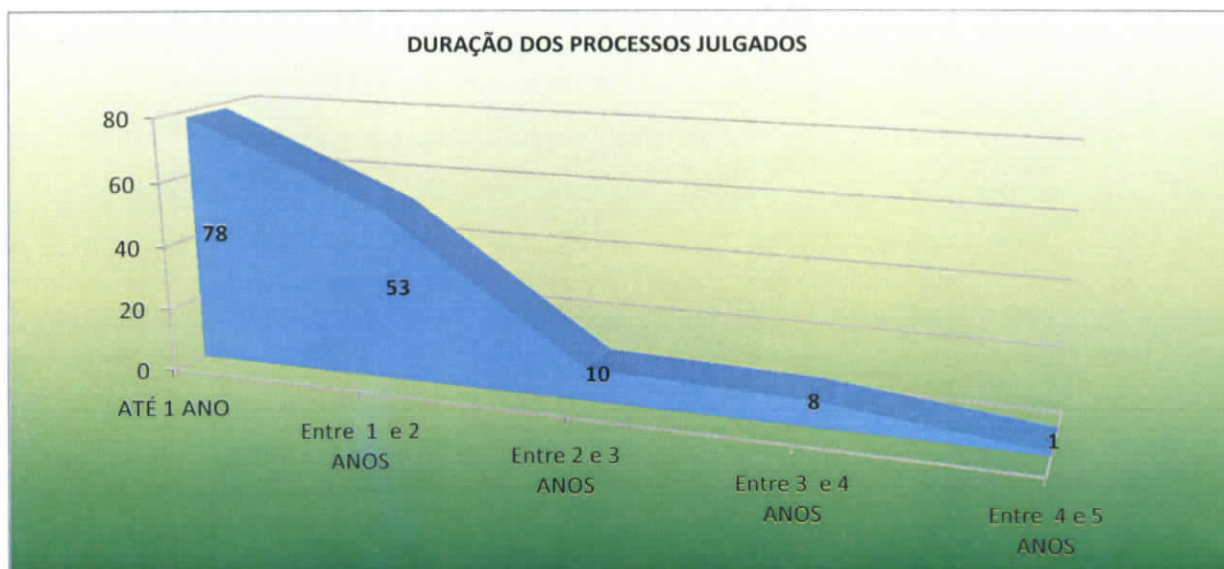
* O tempo de duração do processo é computado entre a data do recebimento da denúncia até a data da sessão de julgamento na respectiva auditoria, e foram considerados apenas as ações penais e os processos de deserção julgados pelos conselhos de justiça

* O tempo médio de duração do processo na Primeira Instância da Justiça Militar, em 2017, foi de 414 dias, ou seja, de 01 ano, 01 mes e 19 dias

* O tempo médio de duração do processo na 1ª Auditoria foi de 690 dias, ou seja, 01 ano, 10 meses e 25 dias

* O tempo médio de duração do processo na 2ª Auditoria foi de 213 dias, ou seja, 07 meses e 03 dias

* O tempo médio de duração do processo na 3ª Auditoria foi de 353 dias, ou seja, 11 meses e 23 dias



Fonte: Relatório SINGEP

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

ANO-BASE 2017

PROCESSOS CÍVEIS					
Processo Judicial Eletrônico - PJE					
Classes das ações distribuídas					
Casos novos de conhecimento	Procedimento ordinário/ sumário	188	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	Mandado de Segurança	17	67	55	66
	Impugnação ao valor da causa	0	4	11	2
	Execução contra a Fazenda Pública	0	0	0	0
	Embargos à Execução	1	0	0	1
	Total de processos eletrônicos	206	71	66	69
	Processos baixados	147	40	61	46
Incompetência da Justiça Militar e cancelamento de distribuição	28	11	9	8	
JULGAMENTOS em processos de conhecimento (físicos e PJE)					
			1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Sentença sem resolução de mérito	23	5	11	7	
Sentença com resolução de mérito	162	76	54	32	
Total de julgamentos	185	81	65	39	
MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2017					
			1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos de conhecimento em tramitação na 1ª Inst. (físicos e PJE)	190	75	52	63	
Processos em fase de cumprimento de sentença/execução	41	17	9	15	
Total de processos cíveis	231	92	61	78	

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório PJE da GI

Obs: Em 2017, não houve distribuição de processos cíveis físicos

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Período de 2013 a 2017

A- MATÉRIA CRIMINAL

FASE PRÉ-PROCESSUAL (INVESTIGATÓRIA)	2017	2016	2015	2014	2013
IPMs e outras peças de informação distribuídos no ano-base	1.791	2.003	1.692	2.078	2.040
IPMs e outras peças de informação arquivados	1.114	1.394	1.060	1.312	1.667
Remetidos a outro juízo (Incompetência da Justiça Militar)	422	345	391	395	489
Denúncias oferecidas	277	220	277	367	361
Transação Penal (Lei 9.099) no respectivo ano-base	170	304	238	268	425
Total de IPMs e outras peças de informação em tramitação no último dia do respectivo ano-base	889	882	821	973	1275
FASE PROCESSUAL (de conhecimento)	2017	2016	2015	2014	2013
Processos Arquivados no ano-base	295	303	377	383	500
Denúncias Recebidas	270	226	279	352	375
Suspensos (Lei 9.099) no respectivo ano-base	55	67	81	122	133
Julgamentos	413	408	344	379	351
Prescrições (processos)	7	3	5	11	12
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO ANO-BASE	2017	2016	2015	2014	2013
Tramitação de feitos ao final do respectivo ano-base	1.467	1.503	1.589	1842	1449
Execução ao final do respectivo ano-base	98	28	84	76	72
Processos suspensos ao final do respectivo ano-base	146	178	217	266	260
Feitos com transação penal ao final do respectivo ano-base	135	163	165	184	284

B - MATÉRIA CÍVEL

PROCESSOS CÍVEIS	2017	2016	2015	2014	2013
Total de ações distribuídas no respectivo ano-base	206	261	395	620	790
Processos arquivados	138	185	639	364	1360
Remetidos a outro juízo (Incompetência da Justiça Militar)	19	5	11	85	10
JULGAMENTOS	2017	2016	2015	2014	2013
Processos Julgados	185	207	377	338	689
Sentença sem resolução de mérito	23	52	41	44	90
Sentença com resolução de mérito	162	155	336	294	599
Processos cíveis em tramitação no final do ano-base	231	217	246	634	1.165

Fonte: pesquisa avançada Singep e relatórios do PJE da GTI